**TERMO DE REFERÊNCIA**

**DISPENSA ELETRÔNICA 19/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS, com base no Art. 75, Inciso II da Lei de Licitações 14.133/21**

**Havendo qualquer divergência entre as descrições contidas nos códigos catser ou catmat e o Termo de Referência, prevalecem as especificações do TR**

**1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de porta-crachá e cordão personalizados para atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal e em suas Delegacias Descentralizadas em Cáceres, Barra do Garças, Sinop e Rondonópolis.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **ILUSTRAÇÃO** | **CATMAT** | **UNIDADE**  **DE MEDIDA** | **QUANTIDADE** | **VALOR**  **UNITÁRIO** | **VALOR**  **TOTAL** |
| **1** | Cordão prendedor de crachá personalizado, tipo fita, material poliéster, comprimento mínimo 80cm, largura mínima 15 mm. Características adicionais: fita uma cor, com impressão de alta qualidade frente e verso; componentes adicionais: jacaré para fixação no protetor de crachá – Quantidade **500**Unid. PRETO escrita em amarelo “**POLÍCIA FEDERAL**” |  | 22810 | UNIDADE | 500 | 13,19 | 6.595,00 |
| **2** | Porta/protetor crachá tipo vertical, em plástico rígido, transparente/incolor, suportar cartões de dimensão ISO 7810 10-1 – Quantidade **500**Unid. |  |  | UNIDADE | 500 | 4,50 | 2.250,00 |

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Os materiais visam aumentar a segurança orgânica do Órgão, com a exigência de uso obrigatório de crachás de identificação de pessoas que circulam nas dependências da polícia federal.

**3. JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO QUE CARACTERIZE A NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO POR DISPENSA;**

**Lei Complementar 123/2006:**

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

A aquisição é considerada de baixo valor.

Pelo princípio da economicidade a contratação por meio de uma licitação encareceria o processo e traria risco ao princípio da eficiência e da eficácia.

Assim, *salvo melhor juízo*, o meio mais eficiente e eficaz para o êxito desse contratação seria através de dispensa de licitação, com base no **Inciso II, artigo 75 da Lei 14.133/21.**

**4. ELABORAÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

**1.** Cordão prendedor de crachá personalizado, tipo fita, material poliéster, comprimento mínimo 80cm, largura mínima 15 mm. Características adicionais: fita uma cor, com impressão de alta qualidade frente e verso; componentes adicionais: jacaré para fixação no protetor de crachá – Quantidade **500**Unid. PRETO escrita em amarelo “**POLÍCIA FEDERAL**”

**2.** Porta/protetor crachá tipo vertical, em plástico rígido, transparente/incolor, suportar cartões de dimensão ISO 7810 10-1 – Quantidade **500**Unid.

**5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO/DISPENSA**

**5.1.** A vistoria não será obrigatória.

**6. RAZÕES DA ESCOLHA DO FORNECEDOR DO BEM OU EXECUTANTE DOS SERVIÇOS**

A contratação será com a Empresa que ofertar a menor proposta e contar com as certidões trabalhistas e fiscais regulares.

**7. ANEXAR PROPOSTAS ORIGINAIS E DEMAIS DOCUMENTOS QUANDO NECESSÁRIOS.**

A Empresa deverá anexar a proposta de preços e a documentação de habilitação exigida como: certidões negativas de débitos do INSS/Receita Federal e FGTS/CNDT, consultadas através dos sítios da Receita Federal, Caixa Econômica Federal e TST.

**8. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA**

A entrega deverá ser efetuada em até 30 (trinta) dias após a empresa receber a Nota de Empenho na Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, **Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 1.205, Bairro Baú, CEP 78.008-902, Cuiabá/MT.**

**9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1.** Cordão prendedor de crachá personalizado, tipo fita, material poliéster, comprimento mínimo 80cm, largura mínima 15 mm. Características adicionais: fita uma cor, com impressão de alta qualidade frente e verso; componentes adicionais: jacaré para fixação no protetor de crachá – Quantidade **500**Unid. PRETO escrita em amarelo “**POLÍCIA FEDERAL**”

**2.** Porta/protetor crachá tipo vertical, em plástico rígido, transparente/incolor, suportar cartões de dimensão ISO 7810 10-1 – Quantidade **500**Unid.

**10. ESTIMATIVA DE CUSTO**

O valor total estimado para a contratação é de **R$ 8.596,67**(oito mil quinhentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos).

**11. SANÇÕES**

**11.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**11.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**11.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**11.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**11.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**11.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**11.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**11.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**11.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**11.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**11.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**11.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

**11.1.12.** praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm#art5)

**11.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**A)** Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**B)** Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

**C)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**D)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**11.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**11.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**11.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**11.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**11.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

**12. INDICAÇÃO DOS RECURSOS (ORÇAMENTOS) PARA A COBERTURA DAS DESPESAS**

Gestão: 01

Fonte: 0100

Elemento de Despesa: 3390.30.

**13. ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

*(Orçamentos originais e as certidões)*

Cuiabá/MT, 25 de novembro de 2022.

**APF Luiz Antonio Moreira Martines**

Responsável pela demanda

***AUTORIZO***a contratação sustentável, que vem contribuir para a melhoria da segurança orgânica da PF/MT.

**ANTONIO CARLOS BEAUBRUN JÚNIOR**

Superintendente Regional SR/PF/MT em Exercício